

# A Central Eléctrica de Abrantes e a limpeza das florestas do Interior



**Clemente Pedro Nunes \***

A destruição dos espaços rurais do Interior Norte e Centro é representada de forma brutal pelas vastas áreas ardidas, em que milhares de árvores queimadas estão bem visíveis aos olhos de quem circula por essas regiões.

Os terrenos que se avistam ao longo dos 100 quilómetros da A23 entre Abrantes e Castelo Branco são o símbolo maior dessa destruição e das políticas públicas que arruinaram a base de sustentação dos pequenos proprietários do minifúndio.

A necessidade urgente de se criar um sistema logístico integrado para a recolha dos excedentes da biomassa, para poderem ser utilizados como fonte de energia renovável e viabilizando assim a gestão das florestas do minifúndio, tem estado lamentavelmente ausente das prioridades de utilização dos milhares de milhões de euros de fundos europeus que têm sido gastos em Portugal.

O exemplo da Câmara de Viseu, de recolher biomassa e de a utilizar depois numa Central Eléctrica, tem que ser urgentemente multiplicado noutras regiões do País.

Neste contexto de clara “emergência económico-social” do Interior rural, registam-se as declarações da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, na Central Eléctrica do Pego, em Abrantes,

de que “não podemos abandonar uma infraestrutura que aí está sem lhe dar uma nova vida” e assegurou que “haverá no próximo quadro comunitário de apoio um pacote financeiro para ajudar à reconversão desta Central Eléctrica que incluirá a utilização de resíduos florestais”.

De facto, o encerramento desta central significaria a perda de preciosos empregos especializados, numa região em que já são muito escassos.

E estou também certo que Ana Abrunhosa, que antes de ser ministra foi presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e lidou de perto com a tragédia das 120 mortes causadas pelos fogos rurais de 2017, deseja ardentemente que a reconversão desta Central contribua para evitar que estes dramas se repitam e desertifiquem ainda mais o Interior.

Mas é importante recordar, à Ministra da Coesão Territorial, dois aspectos fundamentais para que estas “boas intenções” sejam levadas à prática:

- É indispensável que se assegure o fornecimento da biomassa à Central assim reconvertida, definindo-se logo à partida a potência eléctrica que aí se pretende instalar, provavelmente da ordem dos 200 MW. E tal dependerá duma logística adequada que permita abastecer esta Central assim reconvertida com a matéria prima de que irá necessitar.

Essa logística terá que se estender por uma vasta região que irá desde os concelhos de Tomar e Ourém, a Oeste, até Vila Velha de Ródão a Leste, indo a Norte até à Lousã, ajudando assim a limpeza das florestas dos concelhos mártires de Pedrógão, Castanheira de Pêra e Oleiros.

- Terá também que “mobilizar” para o efeito outros colegas de Governo, para garantir os fundos europeus que permitam concretizar este novo sistema logístico de recolha de biomassa.

O investimento da reconversão da Central de Abrantes de carvão para biomassa insere-se nas maiores prioridades actuais definidas pela União Europeia, a Coesão Territorial e a Transição Energética, bem como na prioridade absoluta que o Estado português tem que dar à protecção das vidas e das actividades económicas destas vastas regiões rurais do Interior.

Como o encerramento da Central a carvão de Abrantes está previsto já para Novembro deste ano, uma Democracia de Qualidade que exige que as promessas proferidas pela Ministra Ana Abrunhosa em Abrantes no passado dia 14 de Maio sejam rapidamente passadas à prática. ◀

\* Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico Subscritor do Manifesto por uma Democracia de Qualidade



**Ministra da Coesão Territorial deve garantir fundos europeus para um novo sistema de recolha de biomassa**

## OS FACTOS VISTOS À LUPA

ANDRÉ PINÇÃO LUCAS

No dia 6 de abril de 2011, perante uma grave crise financeira, o primeiro-ministro José Sócrates anunciava ao país o pedido de resgate internacional, o terceiro de Portugal em pouco mais de 30 anos. A 21 de junho do mesmo ano, Pedro Passos Coelho assumia funções no governo de coligação PSD-CDS, comprometendo-se a cumprir as medidas previstas no memorando de entendimento com a troika. Seria o início de um período difícil para todos os portugueses, onde ficámos sujeitos a medidas duras que reduziram o rendimento das famílias e amordaçaram a economia.

A redução de funcionários públicos foi um dos objetivos definidos para otimizar a despesa pública. De acordo com a DGAEP, entre 2011 e 2015 a Administração Pública reduziu 73 mil funcionários públicos, sobretudo nas carreiras de técnicos superiores, assistentes operacionais e professores. De destacar, no entanto, o aumento de 2 mil médicos, em contraciclo com as restantes carreiras profissionais.

Em 2015 inverteu-se a tendência. Neste ano, entrou em funções o novo governo liderado por António Costa, suportado pela “geringonça”. O número de funcionários públicos aumentou consecutivamente nos últimos 6 anos, totalizando um incremento de 71 mil funcionários públicos, com exceção para as forças e serviços de segurança, bem como as forças armadas, que reduziram o número de profissionais.

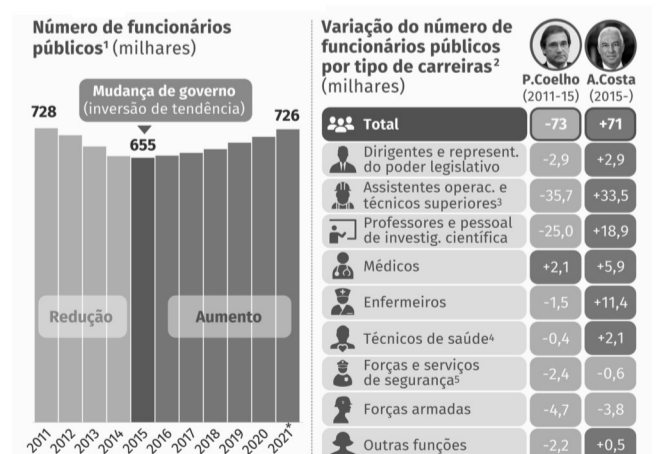
Se, por um lado, o aumento recente de trabalhadores na área da saúde é essencial perante o atual contexto pandémico, por outro, a tendência de crescimento em quase todas as carreiras faz soar os alarmes, perante o receio de regressarmos ao pesadelo de 2011. ◀



**O número de funcionários públicos aumentou consecutivamente nos últimos 6 anos**

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

**N.º de funcionários públicos aumenta pelo 6.º ano consecutivo e alcança níveis pré-troika**



Fonte: DGAEP | \* 1.º trimestre | 1 Média anual (para 2011 só disponível 4.º trim. e para 2021 apenas 1.º trim.) | 2 Durante a governação de P. Coelho (2015 vs. 4.º Trim 2011) e A. Costa (1.º Trim 2021 vs. 2015) | 3 Inclui técnicos superiores e assistentes (técnicos, administrativos, operacionais, operários e auxiliares) | 4 Técnicos superiores de saúde, de diagnóstico e terapêutica | 5 PJ, PSP, GNR, SEF, Polícia Municipal, guardas prisionais e outros

Varição do número de funcionários públicos por tipo de carreiras <sup>2</sup> (milhares)	P. Coelho (2011-15)	A. Costa (2015-)
Total	-73	+71
Dirigentes e represent. do poder legislativo	-2,9	+2,9
Assistentes operac. e técnicos superiores <sup>3</sup>	-35,7	+33,5
Professores e pessoal de investig. científica	-25,0	+18,9
Médicos	+2,1	+5,9
Enfermeiros	-1,5	+11,4
Técnicos de saúde <sup>4</sup>	-0,4	+2,1
Forças e serviços de segurança <sup>5</sup>	-2,4	-0,6
Forças armadas	-4,7	-3,8
Outras funções	-2,2	+0,5

+ factos

Uma parceria com o Instituto +Liberdade